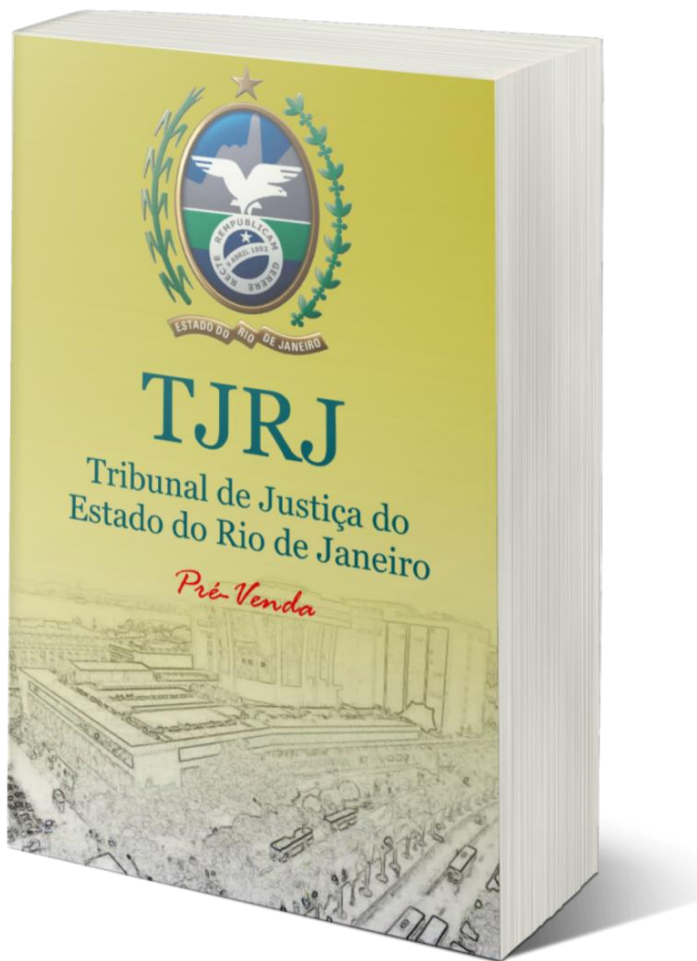


Preparação TJRJ 2020



NÃO PERCA MAIS TEMPO!!!

Prepare-se com o **COMBO BLESSED TJ-RJ 2020**

Faça o seu pedido em nosso site

<https://www.concurseirosabencoados.com.br/produtos/apostila-de-questoes-tjrj/>

- ✓ Ponto a Ponto do Edital
- ✓ Todas as disciplinas
- ✓ **Inéditas** e Cespe

Conhecimentos Gerais

(PDF1) Língua Portuguesa

(PDF2) Legislação Especial

(PDF3) Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência

(PDF4) Ética no Serviço Público

Conhecimentos Específicos

(Técnico Judiciário)

(PDF5) Noções de Direito Administrativo

(PDF6) Noções de Direito Constitucional

(PDF7) Noções de Direito Processual Civil

(PDF8) Noções de Direito Processual Penal

(PDF9) Legislação

Bons estudos!

Atenciosamente,

Equipe Concurseiros Abençoados

EDITAL VERTICALIZADO TJ-RJwww.concurseirosabençoados.com.br**TÉCNICO JUDICIÁRIO****CONHECIMENTOS GERAIS**

LÍNGUA PORTUGUESA	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.			
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.			
3. Domínio da ortografia oficial.			
3.1 Emprego das letras.			
3.2 Emprego da acentuação gráfica.			
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.			
4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.			
4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais.			
5. Domínio da estrutura morfossintática do período.			
5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.			
5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.			
5.3 Emprego dos sinais de pontuação.			
5.4 Concordância verbal e nominal.			
5.5 Emprego do sinal indicativo de crase.			
5.6 Colocação dos pronomes átonos.			
6. Reescritura de frases e parágrafos do texto.			
6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto.			
6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.			
LEGISLAÇÃO ESPECIAL	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Lei Estadual nº 6.956/2015.			
2. Decreto-Lei nº 220/1975 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).			
3. Decreto nº 2.479/1979 e suas alterações (Regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).			
4. Lei Estadual nº 4.620/2005 e suas alterações (Dispõe sobre a unificação e a reestruturação dos Quadros de Pessoal e institui a carreira de serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro).			
5. Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro I - Parte Geral.			
5.1 Da Corregedoria Geral da Justiça.			
5.1.1 Da Estrutura e do funcionamento: dos Atos Normativos; dos meios de comunicação entre os serviços judiciários.			
5.1.2 Da função correicional: das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar.			
5.1.3 Dos Recursos.			
5.1.4 Dos Deveres: dos deveres dos Responsáveis pelo gerenciamento das Serventias; do horário de trabalho; da ausência do Chefe de Serventia e da vacância da função; da utilização do sistema de processamento de dados; da expedição de certidões.			
5.1.5 Das Custas Judiciais: disposições gerais; do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais.			

6. Regimento Interno do TJRJ.			
6.1 Da competência.			
6.1.1 Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.			
6.1.2 Do Conselho da Magistratura.			
7. Resolução Órgão Especial nº 01/2017.			
7.1 Anexo Consolidado: Anexo XXXIX Da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário, Título I Da Administração Superior;			
7.2 Capítulo I Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;			
7.3 Seção I Do Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça;			
7.4 Seção II Do Gabinete da Presidência;			
7.5 Seção III Dos Núcleos Regionais;			
7.6 Capítulo II Da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;			
7.7 Capítulo III Do Conselho da Magistratura;			
7.8 Seção I Da Secretaria do Conselho da Magistratura;			
7.9 Capítulo IV Da Corregedoria-Geral da Justiça.			
NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015).			
2. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000).			
3. Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000).			
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Ética e moral.			
2. Ética, princípios e valores.			
3. Ética e democracia: exercício da cidadania.			
4. Ética e função pública.			
5. Ética no setor público.			
6. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.			
6.1 Disposições gerais.			
6.2 Atos de improbidade administrativa.			
7. Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.			
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Noções de organização administrativa.			
2. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.			
3. Ato administrativo.			
3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.			
4. Processo administrativo.			
5. Agentes públicos.			
5.1 Espécies e classificação.			
5.2 Cargo, emprego e função públicos.			
6. Poderes administrativos.			
6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.			
6.2 Uso e abuso do poder.			
7. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.			
8. Controle e responsabilização da administração.			
8.1 Controles administrativo, judicial e legislativo.			

8.2 Responsabilidade civil do Estado.			
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
1.1 Princípios fundamentais.			
1.2 Direitos e garantias fundamentais.			
1.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos.			
1.3 Organização político administrativa.			
1.3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.			
1.4 Administração pública.			
1.4.1 Disposições gerais, servidores públicos.			
1.5 Poder Legislativo.			
1.5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores.			
1.6 Poder Executivo.			
1.6.1 atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado.			
1.7 Poder Judiciário.			
1.7.1 Disposições gerais.			
1.7.2 Órgãos do Poder Judiciário.			
1.7.2.1 Competências.			
1.7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).			
1.7.3.1 Composição e competências.			
1.8 Funções essenciais à justiça.			
1.8.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.			
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Princípios do processo.			
1.1 Princípio do devido processo legal.			
1.2 Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural.			
2. Jurisdição.			
2.1 Princípio da inércia.			
3. Ação.			
3.1 Condições da ação.			
3.2 Classificação.			
4. Da Cooperação Internacional.			
4.1 Disposições gerais.			
4.2 Do auxílio direto.			
4.3 Da carta rogatória.			
5. Da Competência.			
5.1 Disposições gerais.			
5.2 Da modificação da competência.			
5.3 Da incompetência.			
6. Pressupostos processuais.			
7. Preclusão.			
8. Sujeitos do processo.			
8.1 Capacidade processual e postulatória.			
8.2 Deveres das partes e procuradores.			
8.3 Procuradores.			
8.4 Sucessão das partes e dos procuradores.			
8.5 Litisconsórcio.			
9. Intervenção de terceiros.			

10. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça.			
10.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz.			
10.2 Dos Impedimentos e da Suspeição.			
10.3 Dos Auxiliares da Justiça.			
11. Ministério Público.			
12. Advocacia Pública.			
13. Defensoria Pública.			
14. Atos processuais.			
14.1 Forma dos atos.			
14.2 Tempo e lugar.			
14.3 Prazos.			
14.4 Comunicação dos atos processuais.			
14.5 Nulidades.			
14.6 Distribuição e registro.			
14.7 Valor da causa.			
15. Tutela provisória.			
15.1 Tutela de urgência.			
15.2 Disposições gerais.			
16. Formação, suspensão e extinção do processo.			
17. Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.			
17.1 Procedimento comum.			
17.2 Disposições Gerais.			
17.3 Petição inicial.			
17.3.1 Dos requisitos da petição inicial.			
17.3.2 Do pedido.			
17.3.3 Do indeferimento da petição inicial.			
17.4 Improcedência liminar do pedido.			
17.5 Da conversão da ação individual em ação coletiva.			
17.6 Da audiência de conciliação ou de mediação.			
17.7 Contestação, reconvenção e revelia.			
17.8 Providências preliminares e de saneamento.			
17.9 Julgamento conforme o estado do processo.			
17.10 Da audiência de instrução e julgamento.			
17.11 Provas.			
17.12 Sentença e coisa julgada.			
17.13 Cumprimento da sentença e sua impugnação.			
17.14 Atos judiciais.			
17.15 Despachos, decisões interlocutórias e sentenças.			
17.16 Coisa julgada material.			
18. Dos recursos.			
18.1 Disposições gerais.			
18.2 Da apelação.			
18.3 Do agravo de instrumento.			
18.4 Do agravo interno.			
18.5 Dos Embargos de Declaração.			
18.6 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.			
19. Controle judicial dos atos administrativos.			
20. Mandado de segurança.			
21. Ação popular.			
22. Ação civil pública.			

23. Lei nº. 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).			
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.			
2. Inquérito policial.			
3. Ação penal.			
4. Do juiz, do ministério público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça, dos peritos e intérpretes.			
5. Das citações e intimações.			
6. Da sentença.			
7. Do processo comum.			
7.1 Da Instrução criminal.			
7.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri.			
7.2.1 Da acusação e da instrução preliminar.			
7.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.			
7.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário.			
7.2.4 Do alistamento dos jurados.			
7.2.5 Do desaforamento.			
7.2.6 Da organização da pauta.			
7.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados.			
7.2.8 Da função do jurado.			
7.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença.			
7.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri.			
7.2.11 Da instrução em plenário.			
7.2.12 Dos debates.			
7.2.13 Do questionário e sua votação.			
7.2.14 Da sentença.			
7.2.15 Da ata dos trabalhos.			
7.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri.			
8. Prisão e liberdade provisória.			
9. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.			
10. O habeas corpus e seu processo.			
11. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.			
LEGISLAÇÃO	MATÉRIA ESTUDADA	MATÉRIA REVISADA	QUESTÕES
1. Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro Parte Judicial.			
1.1 Parte Geral.			
1.1.1 Das Custas Judiciais: disposições gerais; dos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais.			
1.2 Foro Judicial.			
1.2.1 Dos Serviços Judiciais.			
1.2.1.1 Das Escrivanias.			
1.2.1.1.1 Da Administração Interna: do Processamento Integrado e do Chefe de Serventia até Da carta precatória eletrônica.			
1.2.1.1.2 Das Rotinas de Processamento: das rotinas aplicáveis às serventias judiciais em geral.			
1.2.1.2 Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais: disposições gerais; dos Conciliadores, dos Oficiais de Justiça; dos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis e dos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação			

dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC); das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis: da intimação por via telefônica; das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais.			
1.2.3 Das Centrais de Audiência de Custódia.			
1.2.3.1 Do cadastramento e processamento das audiências de custódia.			
1.2.3.2 Dos deveres dos servidores designados para atuarem nas Centrais de Audiência de Custódia.			
1.2.3.3 Do cadastramento no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC-CNJ).			
2. Lei Federal nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).			
3. Lei Federal nº 12.153/2009 (Juizados da Fazenda Pública).			